

Vinícius Diniz Monteiro de Barros

O conteúdo lógico do  
**PRINCÍPIO DA**

**INOCEN-  
CIA**

uma proposição crítica elementar  
aos procedimentos penais na democracia



<b>Belo Horizonte</b>	<b>São Paulo</b>
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.  
Copyright © 2020, Vinícius Diniz Monteiro de Barros.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,  
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

*Editor Chefe* Plácido Arraes

*Editor* Tales Leon de Marco

*Produtora Editorial* Bárbara Rodrigues

*Capa, projeto gráfico* Nathalia Torres

*Diagramação* Nathalia Torres

#### Catálogo na Publicação (CIP)

B277 Barros, Vinícius Diniz Monteiro de  
O conteúdo lógico do princípio da inocência : uma proposição crítica elementar aos procedimentos penais na democracia / Vinícius Diniz Monteiro de Barros. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.  
226 p.

ISBN 978-65-5059-073-4

1. Direito. 2. Direito Processual Penal. I. Título.

CDDir: 341.43

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



1179688



## Sumário

PREFÁCIO .....	15
INTRODUÇÃO: DO PROCESSO CONSTITUCIONAL AO NEOINSTITUCIONALISMO PROCESSUAL .....	21
1. PROCESSO COMO EPISTEMOLOGIA .....	27
1.1. Processo e Epistemologia: noções elementares .....	27
1.2. <i>Epistême</i> dos pré-socráticos a Platão .....	29
1.3. <i>Epistême</i> em Aristóteles .....	33
1.4. A <i>Tópica</i> como contraponto lógico à <i>Epistême</i> .....	37
1.5. Da <i>Tópica</i> à Civilística e à Jurisprudência: um problema não resolvido por Fazzalari .....	43
1.6. <i>Epistême</i> na Modernidade .....	46
1.7. <i>Epistême</i> contemporânea: abertura ao devido processo .....	57
2. PROCESSO E <i>DEVIR</i> : A ABERTURA EPISTEMOLÓGICA CONTEMPORÂNEA CONTRA AS VÁRIAS FORMAS DE DOGMATISMO .....	65

2.1. O contemporâneo, o direito e o poder na (de-)formação do sujeito.....	65
2.2. A profanar: a pena entre poder e violência no Estado de Direito moderno.....	71
2.3. A soberania como violência fundante do direito e o abandono radical do <i>homo sacer</i> no paradigma moderno do estado de exceção.....	77
2.4. Tradição, autoridade e retórica: crenças dogmáticas.....	84
2.5. O logro da legalidade penal não processualizada e o direito (dis-)positivo dogmático como antítese do direito democrático.....	89
2.6. A procedimentalidade e a proceduralidade penais explicitadas por Foucault: os porquês modernos do apenar.....	104
<b>3. A SUBJETIVIDADE E A AUTORIDADE EMBOSCADAS PELA CRÍTICA PSICANALÍTICA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE À DESSUJEITIZAÇÃO DA CULPA E DA INOCÊNCIA.....</b>	<b>125</b>
3.1. A alma, a Psicanálise e a suprema crueldade do direito não psicanalisado.....	125
3.2. O Caso Schreber: um exemplo típico de comportamento paranoico da autoridade jurídica.....	138
3.3. Autoridade psicótica e judiciário superegoico – déficit teórico-científico ou ideologia barata?.....	143
3.4. O agravamento dos efeitos da psicose nos procedimentos penais pela inquisitorialidade e a ainda incompreendida Teoria Geral do Processo no nível instituinte (epistemológico) do Direito.....	151
<b>4. O PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA E OS ESPAÇOS LÓGICO-DEMOCRÁTICOS DE SUA ENUNCIÇÃO PROPOSICIONAL: RACIONALISMO CRÍTICO E PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA.....</b>	<b>157</b>

4.1. Racionalismo Crítico, Processo e ruptura do círculo de violência e apenação a cargo da autoridade jurídica.....	157
4.2. Os problemas do conhecimento: demarcação e indução. A diferença entre justificação e fundamentação na (des-)dogmatização da Ciência Jurídica.....	161
4.3. Falsificacionismo, conhecimento objetivo, rejeição ao psicologismo e à <i>sujeitização</i> das decisões.....	165
4.4. O Racionalismo Crítico como epistemologia das Ciências Sociais e do Direito Democrático.....	170
4.5. Cognição processual: aproximação não probabilística com a verdade e metalinguagem.....	176
4.6. A reforma jurídica gradativa das instituições ( <i>piecemeal engineering</i> ) e a ressemantização da inocência.....	180
4.7. Noções indispensáveis à compreensão da Teoria Neoinstitucionalista do Processo (Leal) como topologia democrática dos procedimentais criminais e penais.....	184
4.8. A objetividade lógica do Princípio da <i>Inocência</i> no ordenamento democrático unicista (neoinstitucionalista): entre Processo e Direito Penal.....	195
4.9. A importância da Teoria da Prova à compreensão da procedimentalidade democrática e do conteúdo objetivo do Princípio da <i>Inocência</i> .....	200
4.10. O limiar entre teoria e prática Fora de Erro (“Out of Error”). O conteúdo falsificacionista do Princípio da <i>Inocência</i> – uma tese de acordo com o Racionalismo Crítico (Popper/Miller/Leal).....	203
 A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 219
 EPÍLOGO... CONTINUA: O DEBATE DIREITO-PSICANÁLISE.....	  223
 REFERÊNCIAS.....	 231